

ANNA NEISTAT, DIRETORA DE INVESTIGAÇÃO DA AMNISTIA INTERNACIONAL

"CHEGÁMOS A UM PONTO EM QUE É MUITO DIFÍCIL ESCONDEREM-SE DE NÓS"

Já correu mundo de papel e caneta na mão, de ouvidos e olhos atentos, o coração aberto. Estudou Direito, fez jornalismo e com quase duas décadas de terreno a investigar violações de direitos humanos, Anna Neistat não trocava isto por nada, apesar de por vezes fantasiar que até era capaz de ser feliz como tanguera.

Tem algum pensamento recorrente quando está em missão?

Uma sensação que tenho sempre é sentir-me horrorizada com as coisas que as pessoas são capazes de fazer umas às outras e, ao mesmo tempo, sinto-me maravilhada com a determinação e coragem que mostram nas situações mais excruciantes. O pensamento que tenho recorrentemente é sobre a essência humana, porque sinto que estou exposta ao pior e também ao melhor que a humanidade tem. É a justaposição das duas que constantemente me fascina.

Acha que é isso que faz um bom investigador de direitos humanos?

O que me move, e creio ser o que move muitos investigadores, é a ira e

a afronta que sentimos e que, depois, se traduz no trabalho incansável para descobrir a verdade e a documentar meticulosamente – é algo que podemos fazer para combater a injustiça e garantir que os maus não saem a ganhar. É também algo em que estamos conscientes que não o fazemos sós, de que somos um meio para tornar visíveis as pessoas que o fazem, em primeiro lugar, e a que nos referimos como vítimas. Eu não gosto nada dessa palavra – vítimas; percebo que tem um significado legal específico,



mas tento não a usar... São homens e são mulheres, Fatimas e Ahmeds e Natashas; têm nomes e vidas muito para além do estado de vítima. Ser vítima de uma violação de direitos humanos é algo que lhes aconteceu, mas não o que os define. A inspiração que nos dão com a sua capacidade de lutar, por não desistirem, põe o nosso contributo em perspetiva.

Como gere as emoções quando está a entrevistar estes homens e estas mulheres? Chora às vezes?

Não é frequente, não sou muito chorona, mas creio que todos nos comovemos. Quando perdemos a empatia é altura de refletir sobre o que estamos a fazer. Mas é igualmente importante termos controlo das emoções. O nosso objetivo é claro: estamos a pedir a alguém que passe pelo trauma de novo, para nos contar o que lhe aconteceu, e se nos deixarmos dominar pelas emoções não obtemos os factos. O que está em jogo é muito importante, não se pode esquecer uma pergunta devido à comoção, não se pode ficar com o raciocínio toldado e ser induzido em erro ou interpretar mal a informação porque isso põe em causa o propósito de investigar diligentemente e, subsequentemente, põe em risco o sucesso da missão que é o de melhorar a vida das pessoas e pôr fim a impunidades.

A investigação acarreta também riscos pessoais graves e há situações em que podem ser impedidos de fazer o vosso trabalho. Como se lida com estes cenários?

Em contextos de conflito armado há riscos muito claros de ferimentos e mesmo de morte, pelo que pomos muitos esforços na avaliação de segurança e nos treinamos para ambientes hostis. A segurança dos investigadores, e das pessoas com que trabalhamos no terreno, motoristas, tradutores, consultores locais, e das nossas testemunhas, e da informação que nos é dada, tudo isso é muito importante. Temos também vindo a desenvolver cada vez mais métodos para conseguir fazer sair informação de onde não nos é permitido ou não é seguro irmos: a monitorização por satélite, o uso de drones, a auscultação das redes sociais, muitas técnicas além da abordagem remota clássica de falar ao telefone com as pessoas. Isto

cria outros desafios, mas chegámos a um ponto em que é muito difícil esconderem-se de nós. O trabalho de investigação evoluiu de forma drástica nos últimos dez a 15 anos.

A sua primeira missão de investigação em direitos humanos foi mais ou menos há esse tempo, tinha 25 anos. O que a encaminhou para esta atividade?

Comecei até mais cedo, aos 18 anos, como jornalista na rádio Ecos de Moscovo, num programa sobre direitos humanos. Crescer nos anos 80 na União Soviética teve enorme influência - ironicamente foi uma sorte, porque sei muito bem como é um sistema totalitário, sem liberdade de expressão nem de reunião, sem liberdades civis e onde as pessoas são presas sob acusações com motivação política. Senti que tinha de contribuir para a mudança: fiz jornalismo, criei a minha própria organização não-governamental [monitorizava prisões na Rússia]. Foi uma fortíssima vacina de esperança, contra o ceticismo. O grande choque foi na primeira missão de terreno, na Tchetchénia e na Inguchétia, onde vi o que apenas tinha lido em livros: mortes e violações em larga escala, tortura. Foi também o momento em que nunca mais hesitei sobre o que queria fazer na vida... embora fantasie às vezes que podia ser muito feliz a dançar o tango em Buenos Aires (risos). Tenho muita sorte em fazer o que faço, há um propósito, um significado, e é também uma recompensa imensa por todas as pessoas que tenho a oportunidade de conhecer, desde as testemunhas aos ativistas da Amnistia Internacional com os quais sinto o verdadeiro poder deste movimento e a força mobilizadora desta ideia de que todos nós podemos fazer a diferenca.

Quando é que sentiu mais recentemente o poder desse processo a funcionar em pleno, da investigação e recolha dos factos no terreno à

produção de mudança?

Foi em Nauru, a última missão em que estive no terreno e em que estivemos a investigar o horrível e desastroso sistema de detenção de refugiados e migrantes que a Austrália mantém fora do seu território, em particular naquela ilha [da Micronésia]. A missão envolveu a equipa de investigadores e as secções da Austrália e da Nova Zelândia estiverem estreitamente envolvidas, assim como muitas outras pelo mundo fora porque havia neste caso também um ângulo de responsabilização empresarial, além da intenção da Austrália em exportar este modelo para a Europa. E as pessoas, nas mais diversas partes do mundo, Ievaram isto muito a peito – foi um daqueles exemplos de uma injustiça encarada de forma muito pessoal em todos os cantos do mundo. Ao mesmo tempo desenvolvemos uma frente de pressão muito forte, junto de empresas, de governos... A minha contribuição foi descobrir exatamente o que se passava em Nauru e contribuir para pôr fim à regra de silêncio que ali existia sob ordem das autoridades australianas. O caso correu mundo até onde nem nunca se tinha sequer ouvido falar de Nauru, cheguei a ter de soletrar o nome da ilha a alguns meios norteamericanos, por exemplo - quando nos chegou a notícia de que um primeiro grupo de 54 refugiados chegara aos Estados Unidos... sentimos que vale mesmo a pena fazer isto. São famílias inteiras, que, finalmente, tiveram a oportunidade de reconstruir as suas vidas com dignidade.

E como gere a sua vida familiar – quatro filhos e a vida de casal – com esta atividade e todos os riscos que ela envolve?

É bem menos louco do que se possa pensar. Ajuda muito que o meu marido faz o mesmo que eu: ambos compreendemos que quando um tem



de ir [em missão], tem mesmo de ir. E, tal como eu, ele está perfeitamente confortável em ficar sozinho com as três crianças mais pequenas [de 4 anos, 2 anos e de seis meses]. Envolve muita logística, garantir que toda a gente está onde tem de estar à hora que tem de estar – o que me tem ajudado a ser melhor gestora, mais organizada, mais eficiente.

Conversam em casa sobre o que vê nas missões de investigação?

Os mais novos ainda são pequenos,

mas o mais velho, que tem 17 anos... bom, é isto que ele quer fazer: estudar Direito e ser ativista de direitos humanos. Não o empurrámos, mas ele esteve sempre exposto a esta realidade, que é a nossa. Recordo-me de estar a passear com ele, regressada de uma missão no Sri Lanka, e dar entrevistas sem parar sobre os bombardeamentos feitos contra zonas civis. Naturalmente, ele começou a fazer perguntas e a mostrar interesse – felizmente ou infelizmente, criámos mais um membro





na nossa família que quer juntar-se à causa. Questiono-me como todas as mães e pais se sou suficientemente boa e faço alguns bolos caseiros falsos para eventos na escola (risos), mas quando converso com o meu filho mais velho ele diz-me, generosamente, que os bolos não interessam nada e que lhe dei o que é realmente importante.

A sua dissertação académica foi sobre o poder da palavra na propaganda política. Que lições tirou daí sobre o papel que as palavras podem ter numa

organização de direitos humanos como a Amnistia Internacional?

É extremamente fascinante pensar nisso. Nesta organização não temos armas, não temos exércitos, não temos máquinas políticas, não somos membros do Conselho de Segurança nem de nenhum outro organismo internacional, não temos um aparelho de propaganda maciça como possuem alguns governos. Não temos nenhumas das ferramentas tradicionais de poder e, ainda assim, somos capazes de

libertar pessoas das prisões, somos capazes de fazer governos mudarem as suas políticas – tudo isso é, na essência, feito com palavras e também, e cada vez mais, com imagens. É por isso que somos tão rigorosos com as palavras, porque as transformamos em ferramentas de poder, em instrumentos com os quais efetivamente temos impacto tangível de mudança.